

# Público

## Colecção *Representar os Portugueses*

Após uma marcada abstenção nas Eleições Europeias e à porta das Legislativas, o PÚBLICO, em parceria com a 100 Folhas, edita a História dos partidos que representam Portugal. Ao todo são seis volumes, seis livros, os que compõem a colecção *Representar os Portugueses*, dedicados aos partidos com assento parlamentar, que recordam momentos, protagonistas e crises que marcaram a História da democracia. Acompanham imagens, cartazes, autocolantes e até vinhetas dos partidos para um conhecimento mais detalhado. Para ver e recordar com o seu jornal todas as quartas-feiras.

VOLUME 1

## BREVE HISTÓRIA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

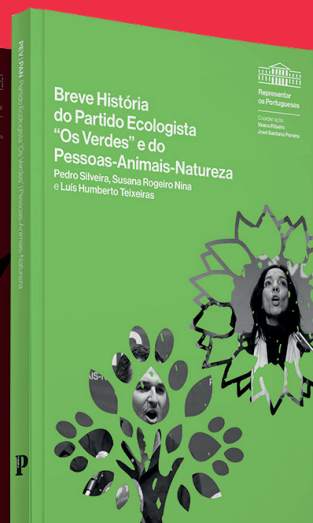
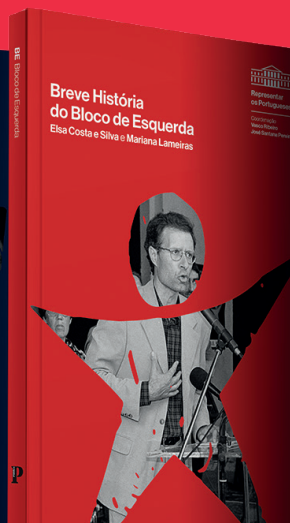
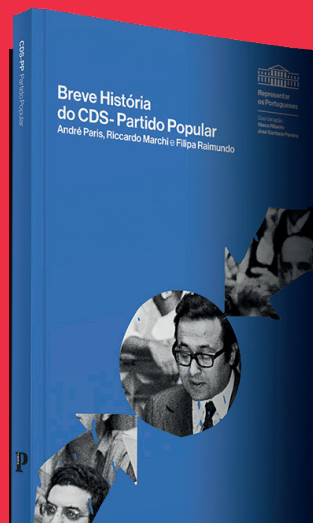
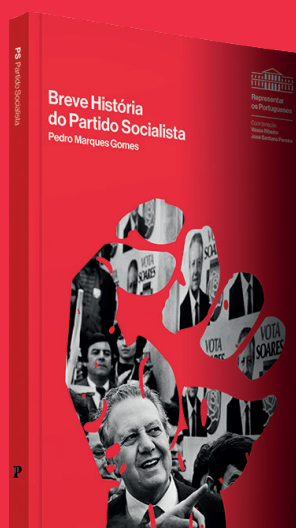
AMANHÃ, COM O PÚBLICO

Por +7,95€



Representar os Portugueses

Coordenação  
Vasco Ribeiro  
José Santana Pereira



# CONHEÇA A HISTÓRIA, OS LÍDERES E AS IDEIAS POR TRÁS DOS GRANDES PARTIDOS

Num ano já marcado por uma percentagem recorde de abstenção nas Eleições Europeias e à porta das legislativas, saiba tudo sobre a história dos partidos políticos que governam na democracia

## A BREVE HISTÓRIA DE UMA GRANDE DEMOCRACIA

“Os partidos políticos concorrem para a livre formação e o pluralismo de expressão da vontade popular e para a organização do poder político, com respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política.” É clara a função dos partidos políticos na Constituição Portuguesa. Servem para contribuir, esclarecer, estudar e debater local e nacionalmente. São cruciais num sistema democrático representativo e é através deles que os cidadãos participam na vida política e na discussão de assuntos públicos. Actualmente, com a emergência de movimentos radicais e populistas um pouco por todo o mundo, os partidos são essenciais na condução dos direitos, liberdades e garantias da sociedade.

Nesta altura conturbada e num ano já marcado por uma percentagem recorde de abstenção nas Eleições Europeias e à porta das legislativas, um conjunto de investigadores e docentes de algumas das principais universidades portuguesas organizou uma colecção de livros que recorda a história e o papel que os partidos portugueses tiveram e continuam a ter na construção de Portugal.

O PÚBLICO edita agora esta colecção: *Representar os Portugueses*. São seis livros que recordam momentos, protagonistas e crises de sete partidos, acompanhados por imagens, cartazes, autocolantes e vinhetas dos partidos políticos.

A colecção abre com um volume dedicado ao PSD, pelas mãos de Patrícia Silva e Tiago Silva, percorrendo a sua história desde a fundação como Partido Popular Democrático a 6 de Maio de 1974, por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, a legalização a 25 de Janeiro de 1975 e a alteração de nome para o actual em Outubro de 1976. Explica ainda os três pilares ideológicos: o católico-social, o social-liberal e o tecnocrático-social.

Pedro Marques Gomes conta a história do PS no segundo volume, levando o leitor até à Alemanha, em Abril de 1973 para assistir à fundação do partido quando militantes da Acção Socialista Portuguesa aprovaram a transformação da ASP no Partido Socialista. Afirmaram ser a defesa do socialismo em liberdade e, simultaneamente, defendiam como objectivo uma sociedade sem classes.

Joana Marques Reis ficou a cargo do terceiro volume, dedicado ao PCP, o mais antigo, tendo sido fundado em 1921 como a secção portuguesa do Internacional Comunista. Para além de ser dos mais antigos, é também dos partidos com mais história, tendo tido um papel muito importante na oposição ao regime de ditadura liderado por Salazar.

Nas palavras de André Paris, Riccardo Marchi e Filipa Raimundo, segue-se o CDS, fundado a 19 de Julho de 1974 “correspondendo ao

apelo de amplas correntes de opinião pública, abrindo-se a todos os democratas do centro-esquerda e centro-direita”. Entre aqueles que subscreveram a sua declaração de princípios contavam-se Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta, Vítor Sá Machado, Valentim Xavier Pintado, João Morais Leitão e João Porto.

O volume do Bloco de Esquerda foi escrito por Elsa Costa e Silva e Mariana Lameiras. Começa em 1999 com a junção de três forças políticas - a União Democrática Popular, o Partido Socialista Revolucionário e a Política XXI - e passa pela ideologia: é um partido político de esquerda, que se caracteriza também por ser eurocéptico.

Finalmente, o último volume dedica-se aos partidos com menor representação parlamentar: o Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), o primeiro mais recente, fundado em maio de 2009 e o segundo já de 1982. Ambos pretendem sensibilizar a opinião pública para os problemas ecológicos, pretendendo criar uma sociedade sustentável com a justiça social sempre presente numa democracia mais inclusiva. Pedro Silveira, Susana Rogeiro Nina e Luís Humberto Teixeira são os autores deste volume.

Para que nada lhe escape nas próximas eleições. Para conhecer e recordar todas as quartas-feiras com o seu jornal.





# A democracia portuguesa é uma democracia de partidos

Em véspera de Eleições Legislativas, os investigadores Vasco Ribeiro e José Santana Pereira coordenam a colecção que conta uma “breve” história dos partidos que governam o país e, assim, a “grande” história da democracia portuguesa.

## ENTREVISTA AOS COORDENADORES

**PÚBLICO – Contar a história dos partidos políticos é também contar a história da democracia portuguesa?**

**Vasco Ribeiro e José Santana Pereira** – Sem dúvida, por – pelo menos – duas razões. A primeira é a coincidência temporal: a maioria dos partidos políticos incluídos nesta colecção nasceu em torno do processo de democratização pós-25 de Abril (o PS, pouco antes; o PSD, o CDS-PP ou até a UDP - que duas décadas mais tarde participou na fundação do Bloco de Esquerda - em 1974), ou pouco depois (o PSR, outra das raízes do BE, ou o PEV). A segunda é, obviamente, uma razão de substância – o papel concreto dos partidos no Portugal democrático, descrito em detalhe nos seis volumes desta colecção. Na verdade, os partidos portugueses que foram fundados e/ou legalizados no rescaldo do processo de democratização iniciado a 25 de Abril assumiram o protagonismo do jogo democrático, num processo cumulativo que levou à revisão constitucional de 1982, que aboliu o conselho da revolução e afastou definitivamente os militares da vida política, marcando a plena consolidação do regime democrático. A democracia portuguesa é uma democracia de partidos.

**PS, PSD, PCP, CDS, BE, PAN e PEV foram os partidos escolhidos para a colecção. Gostariam de “contar a história” de outros?**

Sem dúvida. Estes sete partidos foram seleccionados pelos motivos

óbvios – a sua actual relevância no processo político, enquanto partidos com representação parlamentar – mas existem vários outros partidos cuja história seria interessante contar. Entre estes destaca-se o PRD, que na década de 1980 entrou no parlamento em força e criou problemas ao PS e ao PSD, mas esvaziou-se rapidamente; ou o PCTP-MRPP que, tendo ficado sistematicamente fora do parlamento, tem demonstrado uma resiliência e uma congruência com os seus valores fundacionais da década de 1970 que são dignas de nota.

**Que lições podem tirar as forças políticas mais recentes da história dos partidos de maior tradição?**

As lições são várias, embora a sua utilidade varie de caso para caso. Eis algumas: uma mudança de líder e alguns retoques na orientação ideológica podem fazer milagres pelo desempenho eleitoral de um partido; a afirmação eleitoral de um novo partido pode demorar alguns anos, e implica um trabalho de grande empenho e profissionalismo num sistema partidário tão fechado como o português; os parceiros de hoje podem ser os principais concorrentes de amanhã, e vice-versa; para um partido novo ou sistematicamente excluído do parlamento, as frentes, os blocos e as coligações podem ser uma excelente maneira de conseguir entrar na Assembleia da República.

**“Os partidos políticos são cruciais num sistema democrático representativo, é através destes partidos políticos que os cidadãos participam na vida política e na discussão dos assuntos públicos de um país”. Esta não é uma “realidade” cada vez menos sentida pelos cidadãos?**

Depende. Do ponto de vista formal, os partidos continuam a constituir o principal elo de ligação entre as preferências dos cidadãos (que votam...) e a feitura e implementação de políticas públicas ao nível nacional – ao nível local, como sabemos, podem concorrer às eleições (e, ganhando, administrar o território) grupos de cidadãos eleitores. Apesar de existirem alguns instrumentos de democracia directa ou de impacto no processo de tomada de decisão por meio de movimentos e grupos de interesses, a gestão da coisa pública é, grosso modo, feita através do clássico processo de representação política em que os partidos – mais que os deputados individuais, devido ao sistema eleitoral, à figura da disciplina de voto, entre outros – são centrais. Do ponto de vista concreto, os elevados níveis de abstenção, as baixas taxas de confiança nos partidos políticos, um aparente consenso dos portugueses em torno de atitudes populistas (que retratam a elite política como, no pior dos casos, corrupta, ou, no melhor, preguiçosa ou desinteressada dos problemas das pessoas) constituem efectivamente sinais de uma crise da representação política que

os politólogos têm mapeado e descrito mas para a qual ainda não se descobriu remédio.

**Como têm reagido os partidos políticos à crescente falta de confiança nas estruturas partidárias?**

No caso português, mais do que uma tendência de crescimento da desconfiança, o que os dados que permitem mapear a evolução da confiança nos partidos políticos ao longo do tempo (nomeadamente a partir de 2000 – falamos aqui dos dados do Eurobarómetro) nos mostram é a existência de um núcleo duro de cerca de 70 por cento de portugueses que não confiam nos partidos. Depois, esta taxa assumiu valores mais elevados em momentos críticos, como o período de crise financeira do início desta década. Vale a pena destacar que após o fim do bailout e as eleições de 2015 a tendência tem sido de ligeiro, tímido, aumento, da proporção de portugueses que dizem confiar nos partidos. Dito isto, não estamos seguros de que o défice de confiança seja uma preocupação central para a maior parte dos partidos políticos, tal como a abstenção aparentemente também não é.

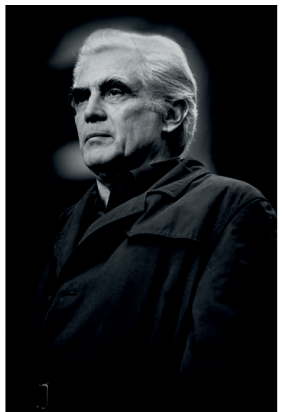
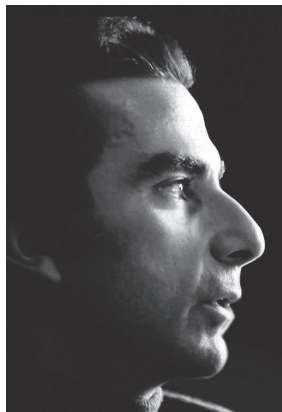
**Há hoje muitas formas distintas de chegar aos cidadãos. Os partidos têm sabido adaptar-se e utilizar as novas ferramentas?**

Hoje em dia, os principais partidos políticos portugueses estão presentes no território das novas ferramentas de comunicação política, nomeadamente online

e via redes sociais. O grau de sofisticação com que o fazem e os dividendos que daí retiram, dependem, por um lado, dos recursos concretos e simbólicos investidos em comunicação política – os estudos sobre Portugal apontam para que haja partidos mais «modernos» ou «profissionalizados» sob este ponto de vista que outros – e, por outro, da importância destes novos canais para o seu eleitorado potencial.

**Numa altura em que movimentos populistas e radicais parecem querer emergir, que desafios e que papel devem/podem ter os partidos políticos?**

Vale a pena começar por dizer que Portugal tem aparentemente estado, por diversas razões, relativamente afastado destes perigos. No entanto, nada nos garante que isto seja um traço estável do panorama político-partidário português. Quando pergunta a respeito do papel dos partidos, presumimos que se refira aos partidos políticos genericamente vistos como não populistas, ainda que o populismo possa ser entendido como uma questão de grau, com escalas de cinzento, mais do que uma dicotomia, com claros matizes brancos e negros. O papel destes partidos deve ser o de não ceder à tentação de responder ao populismo com populismo e pugnar pela defesa dos valores da democracia liberal. Não é uma tarefa fácil, e o sucesso não depende apenas dos partidos não populistas.



# A COLEÇÃO



**Volume 1**  
**Breve História do Partido Social Democrata**  
**17 de Julho**

Fundado a 6 de Maio de 1974, por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota sob o nome Partido Popular Democrático (PPD), o PSD foi legalizado a 25 de janeiro de 1975, passando a chamar-se a 3 de outubro de 1976, Partido Social Democrata. Foi criado com base em três pilares: o católico-social; o social-liberal, e o tecnocrático-social. O PSD atualmente afirma que os direitos, liberdades e garantias dos portugueses e dos seus agrupamentos, são um elemento indispensável à preservação da autonomia pessoal, bem como à participação política e cívica.



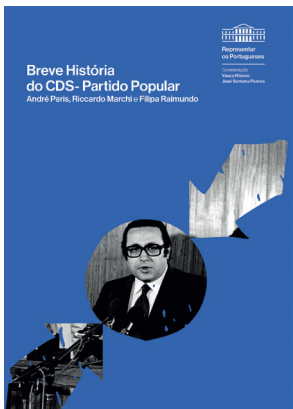
**Volume 2**  
**Breve História do Partido Socialista**  
**24 de Julho**

Em Abril de 1973, numa cidade alemã, militantes da Acção Socialista Portuguesa aprovaram a transformação da ASP no Partido Socialista. Afirmaram ser a defesa do socialismo em liberdade, e simultaneamente defendiam como objetivo uma sociedade sem classes. É um partido de centro-esquerda onde as três principais ideologias são: um partido social-democrático, apoiando intervenções económicas e sociais do Estado para promover justiça social dentro de um sistema capitalista; é um partido com bases keynesianas, teoria que consiste numa organização político-económica fundamentada na afirmação do Estado como agente crucial no controlo da economia; e é também um partido pró-europeísmo, ou seja, apoia a adesão à União Europeia.



**Volume 3**  
**Breve História do Partido Comunista Português**  
**31 de Julho**

O Partido Comunista Português (PCP), foi fundado em 1921 como a secção Portuguesa do Internacional Comunista. É um partido de esquerda, tendo como ideologia base o comunismo, pretendendo estabelecer uma sociedade igualitária, sem classes sociais e apátrida, baseando-se assim na propriedade comum dos meios de produção. É um dos partidos políticos mais antigos e com mais história, tendo tido um papel muito importante na oposição ao regime de ditadura liderado por Salazar, tendo participado consistentemente na oposição ao regime.



**Volume 4**  
**Breve História do CDS-Partido Popular**  
**07 de Agosto**

O Partido do Centro Democrático e Social (CDS) foi fundado em 19 de Julho de 1974, "correspondendo ao apelo de amplas correntes de opinião pública, abrindo-se a todos os democratas do centro-esquerda e centro-direita". Entre as pessoas que subscreveram a sua Declaração de Princípios contavam-se Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, Basílio Horta, Vítor Sá Machado, Valentim Xavier Pintado, João Morais Leitão e João Porto. O CDS tem como base os princípios da democracia-cristã, ou seja, uma democracia baseada nos princípios cristãos – a liberdade, a solidariedade e a justiça; o conservadorismo e o liberalismo clássico, um movimento político e económico que defende a liberdade individual, com a limitação do poder do Estado.



**Volume 5**  
**Breve História do Bloco de Esquerda**  
**14 de Agosto**

O Bloco de Esquerda nasceu em 1999, da junção de três forças políticas: a União Democrática Popular, o Partido Socialista Revolucionário e a Política XXI. É um partido político de esquerda, ou seja, defende uma maior igualdade social, tendo uma maior preocupação e atenção com os cidadãos que estão em desvantagem. É um partido socialista democrático, opondo-se a outros sistemas como o autoritarismo e o capitalismo, onde o sistema económico é focado na propriedade privada dos meios de produção e a sua operação com fins lucrativos. Por último, uma das suas ideologias é também o euroceticismo, baseando-se na desconfiança acerca da União Europeia.



**Volume 6**  
**Breve História do Partido Ecologista "Os Verdes" e do Pessoas-Animais-Natureza**  
**21 de Agosto**

O Partido Ecologista "Os Verdes" foi fundado em 1982, querendo sensibilizar a opinião pública para os problemas ecológicos que, na época, começaram a emergir em Portugal, na época. Tem como principais ideologias o ecossocialismo e a Política Verde, visando criar uma sociedade sustentável com a justiça social e democracia sempre presentes. O Partido pelos Animais e pela Natureza foi fundado em Maio de 2009, com o nome de Partido pelos Animais (PPA), descrevendo-se como um partido que defende as pessoas, os animais e a natureza. É um partido que tem como ideologias os direitos dos animais, o ecossocialismo, o ambientalismo e a democracia inclusiva.

## PELAS MÃOS DE QUEM SABE

### Vasco Ribeiro

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, mestre em Jornalismo Político pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e licenciado em Comunicação Social pela Escola Superior de Jornalismo. É director do Mestrado em Ciências da Comunicação da FLUP e coordenador do curso de Comunicação Pública e Representação Política da Porto Business School. Lecciona disciplinas no campo da Comunicação Política e da Comunicação Estratégica. Investigador integrado no CITCEM/FLUP e autor de um conjunto de trabalhos académicos, dos quais se destaca Os Bastidores do Poder (Almedina, 2015), trabalhou durante 20 anos como assessor de comunicação em várias instituições, tais como ANJE, Câmara Municipal do Porto, Reitoria da Universidade do Porto, Parlamento Europeu e Assembleia da República.

### José Santana Pereira

Doutorado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (Itália), mestre em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e licenciado em Psicologia Social e das Organizações pelo ISCTE-IUL. Hoje em dia é professor auxiliar no Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE-IUL e investigador integrado no CIES-IUL, sendo actualmente o director do programa de doutoramento em Ciência Política. Os seus principais interesses de investigação são o comportamento eleitoral e as atitudes políticas dos portugueses, os sistemas mediáticos europeus e os efeitos dos media nas atitudes e comportamentos políticos das suas audiências.

